A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA IMPORTANCIA

EDNA MARIA DA SILVA

RESUMO: A Educação Infantil hoje vista como a primeira etapa da Educação Básica, nem sempre teve o destaque merecido ao longo da história da Educação no Brasil, assim esse Artigo visa lançar uma refexão sobre a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento das crianças de 0 à 5 anos e a problemática da falta de vaga na rede Escolar para essa modalidade educacional, desse modo, lançar a discussão sobre o direito que a criança brasileira possui de um ensino gratuito e de qualidade se faz necessário para mobilizar a sociedade civil a cobrar do poder público as soluções necessárias para sanar a escassez de vagas e garantir que cada cidadão possa usufruir de seus direitos constitucionais, tornando realidade efetiva as determinações estabelecidas em lei.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Direito. Criança. Desenvolvimento

1 INTRODUÇÃO

Nos primórdios da história da Educação, a Educação Infantil era vista com a concepção de assistencialismo, tratando a criança como um ser dependente que precisava de cuidados básicos, higiene que lhes fossem ensinados somente as regras de bom comportamento para viver em sociedade, a criança não era vista como um sujeito.

Após a urbanização e do capitalismo com o crescimento da industrialização, houve uma mudança signifcativa na estrutura familiar, trazendo para o mercado de trabalho as mulheres que até então cuidavam somente da casa e da família, assim com a demanda de mão de obra as mulheres entraram no mercado de trabalho para complementar a renda familiar.

Com isso, houve um aumento na procura por um local onde essas novas trabalhadoras pudessem deixar seus flhos enquanto trabalhavam e assim, a demanda por creches e escola cresceu alterando o foco da estrutura educacional que antes era de assistencialismo para uma educação compensatória, que além de

suprir uma demanda cada vez maior de crianças pudesse também remediar a carência cultural das mesmas já que elas provinham de famílias de baixa renda onde os adultos precisavam trabalhar para sobreviver.

Com o passar do tempo, a estrutura compensatória com uma alfabetização básica não supria mais a necessidade de superar a condição social das crianças carentes, já que as crianças de famílias abastadas tinham sua educação com o foco no desenvolvimento cognitivo e afetivo, isso fazia com que o abismo social aumentasse cada vez mais.

Desse modo, essa problematização levantou várias discussões sobre a educação das crianças e o verdadeiro papel da escola, assim com a municipalização da Educação Infantil essas refexões fzeram com que a sociedade civil e governamental se mobilizasse para fazer com que a Educação Infantil fosse reconhecida como um direito da criança incluso na Constituição Federal (CF) de 1988, que cita: (CF, Art. 208 § IV) que o "dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ... Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. " Assim ao elevar a Educação Infantil como um direito da criança, a Constituição Federal concretizou de maneira histórica a importância da Educação Infantil na formação do cidadão.

Com isso, em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) lei 8.069, que igualmente salienta o direito da criança e do adolescente ao atendimento educacional, (ECA, Art. 54, § IV) s referindo como "dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: ... atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade. ", garantindo a Educação infantil como um direito fundamental à criança.

E fnalmente, em dezembro de 1996 é promulgada a terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 que vem para estabelecer diretrizes e bases para a organização do sistema educacional onde a Educação Infantil está incluída de maneira incisiva, (LDB, Artº 1, § 1) que informa sobre o objetivo da lei " disciplinar a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.", desse modo, no decorrer do texto, (LDB Art. 4º

§ II) a lei novamente garante a criança o direito a educação Infantil "O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: ... educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;": Após essa

trajetória, a criança passou a ser reconhecida como um ser de direitos, que precisa ter suas individualidades respeitadas se tornando um cidadão de direito.

Na sociedade contemporânea, a preocupação com a valorização da infância vem crescendo à medida que a sociedade percebeu a importância de formar cidadãos participativos e conscientes, a Educação Infantil passou a ter destaque como etapa importante na primeira fase da Educação Básica.

O reconhecimento jurídico explícito na Constituição (1998) e na LDB (1996), não é sinônimo de garantia de vagas para muitas crianças brasileiras que não possuem o real acesso à Educação Infantil, já que essa etapa da Educação por vários anos foi historicamente desprezada pelo poder público, o que gerou a falta de estrutura para atender a grande demanda de crianças nos dias atuais.

Desse modo, a infância é uma importante fase da vida da criança, onde ela instintivamente necessita do brincar para aprender, expressar suas emoções e socializar com o mundo ao seu redor, a brincadeira proporciona uma maneira prazerosa de se desenvolver. Nesse ponto de vista na Educação Infantil a criança tem os primeiros contatos com os saberes e a oportunidade de potencializar e construir seu conhecimento com brincadeiras e jogos essenciais na primeira infância. O brincar é fundamental na vida da criança e na Educação Infantil as brincadeiras são direcionadas de maneira à estimular as atividades de desenvolvimento social, psicomotor e criativo, além das de desenvolvimento cognitivo.

Assim, podemos afrmar que a Educação Infantil possui uma grande importância na formação da criança, pois é nas atividades e brincadeiras oferecidas e sistematizadas pelos educadores que fazem com que a criança potencialize seu desenvolvimento, brincando ela obtém um desenvolvimento social, cognitivo e motor. O brincar é tão importante na vida e na formação da criança que é previsto em lei conforme se refere o ECA (Art.º 16, § IV) "O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: ... brincar, praticar esportes e divertir-se", portanto, a brincadeira é um direito da criança, o brincar é indissociável da criança e precisa prevalecer na infância.

O brincar não representa somente um direito da criança, mas também uma maneira prazerosa de aprender e desenvolver suas habilidades que serão fundamentais para o seu sucesso acadêmico no Ensino Fundamental que é a etapa seguinte de ensino. O brincar é uma necessidade básica da criança e aliar a

brincadeira ao desenvolvimento educacional é uma maneira de fazer com que a criança possa aprender brincando.

A criança que conhecemos hoje, é um sujeito de direitos, que ao longo da história da Educação brasileira se frmou como um ser histórico e formador de cultura que possui singularidades e necessidades que por lei devem ser supridas, a criança é um ser que faz parte da sociedade e precisa não apenas de cuidados físicos, mas também cuidados psicológicos, cognitivos e afetivo para que ela possa crescer e se tornar um adulto crítico, participativo e ético que contribua para perpetuar uma sociedade digna.

Dessa maneira, na primeira infância é essencial que a criança receba os estímulos a atividades de desenvolvimento social, psicomotor e criativo, além das de desenvolvimento cognitivo. Com essa visão, a sociedade passou a se preocupar com o adulto de amanhã, porém mesmo após o reconhecimento da sua importância pela legislação brasileira, de que maneira esse direito pode ser entendido como importante para o desenvolvimento infantil? A seguir falaremos da relevância da Educação Infantil na vida escolar da criança.

2. A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA

A capacidade de aprendizado de uma criança é nata e já se manifesta nos primeiros dias de vida, onde a criança aprende a suprir suas necessidades observando o mundo em que está inserida. Com isso, a criança possui um mundo próprio e a partir dessa construção de mundo que a criança interage com as pessoas ao seu redor para compreender o ambiente em que vivem.

Desse modo, a Educação Infantil tem a função de conduzir a criança no desenvolvimento físico, afetivo, cognitivo, ético, promovendo também o relacionamento interpessoal e a inserção da criança nas regras de convivência da sociedade.

A partir dessa visão, a criança precisa passar por etapas em sua vida escolar para que ela esteja apta para a vida em sociedade, assim, a educação Infantil prepara a criança para que ela tenha maiores condições de obter sucesso no Ensino Fundamental, Dessa maneira, os alicerces do processo de aprendizagem precisam ser sólidos para minimizar o fracasso escolar, contudo, ao passar pela Educação Infantil as crianças entram nessa etapa tão crucial da vida escolar com grandes

probabilidades de êxito, pois o aluno constrói sua identidade nos primeiros anos de vida e a Educação Infantil possibilita diversas opções de vivências e de aprendizagens que colaboram para o desenvolvimento das funções sociais e cognitivas propiciando o seu pleno desenvolvimento.

Educar signifca, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento

das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (RCNEI p 23, 1998)

Sendo assim, a Educação Infantil exerce uma grande importância para a formação da criança de maneira global, assim comprovando a sua essencialidade na construção de sua identidade na vida adulta, as leis brasileiras atestam seu valor, assegurando o atendimento na Educação Infantil à todas as crianças, sendo o grande desafo atual tornar o que está no papel em realidade.

Portanto, assegurar que esse direito seja respeitado precisa ser um processo constante e permanente de cada brasileiro. Então a seguir abordaremos a questão do direito da criança à Educação Infantil.

2.1 Criança e o seu Direito a Educação Infantil

Apesar de todas as discussões, leis e estudos sobre a importância da educação direcionada para o desenvolvimento da criança, ainda sim muitas crianças de 0 a 3 anos não conseguem vagas nas instituições escolares, já que a obrigatoriedade se dá a crianças a partir dos 4 anos de idade como cita o(LDB Art. 4º , § I) "O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: ... educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade:" Com isso, constatamos que mesmo após a positivação do direito da criança ao acesso da Educação Infantil, isso por si só não garante efetivamente sua vaga, pois a demanda de crianças não consegue ser suprida, isso fere o direito que a criança tem de ser assistida em seu desenvolvimento cognitivo.

Segundo o Jornal O Globo, dados apresentados no seminário de Educação 360, realizado em 30 de junho no Museu do Amanhã no Rio de Janeiro, de acordo com a ofcial de Educação do UNICEF Brasil, Júlia Ribeiro, para ela a Educação Infantil é uma etapa que não pode ser restituída, uma criança fora da sala de aula, perde a vivência dessa fase que não poderá ser recuperada em nenhum outro momento da sua vida escolar.

Com isso, percebemos que a Educação ao longo da história da brasileira, foi se alterando e evoluindo, porém ainda há muito que precisa ser lapidado para chegarmos a uma Educação ideal. Sendo assim, a Educação Infantil é uma etapa da educação, bastante recente em termos de valorização e devido a isso, nossa sociedade civil e governamental precisa discutir e refetir para sanar as lagunas que existem no atendimento à criança na Educação Infantil.

Desse modo, a Educação Infantil não representa somente um direito adquirido, mas também um espaço importante onde à criança permanecerá na ausência de sua família, para crescer e desenvolver de maneira sadia. Essa fase da educação é um ambiente em que a criança se desenvolve de maneira global e devido a isso se torna uma etapa de grande importância na formação do indivíduo.

A educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (Rcnei, p 23, 1998)

Assim, um dos principais problemas da Educação Infantil é a falta de vaga nas escolas e creches, segundo o site O Globo 3,4 milhões de crianças no Brasil não frequentam a Educação Infantil, sendo esse o número de vagas que precisam ser criadas pelas prefeituras, salienta ainda que 2,7 milhões de vagas que faltam são de creches. Ainda conforme o site as prefeituras do Brasil tinham até 2016 para garantir vaga para as crianças de 4 e 5 anos e até 2024 para matricular metade das crianças de até 3 anos. Com base nos dados apresentados percebemos o grande hiato que há entre a lei exposta no papel e a realidade que vivem as crianças brasileiras.

Uma das causas apontadas pelo site O Globo pela falta de vagas é a falta de compromisso do poder público em ampliar a rede de atendimento, a reportagem aponta que em todo o Brasil se vê obras inacabadas ou atrasadas e em meio a tanto descaso, a Justiça se tornou a alternativa das pessoas que não podem aguardar, sendo a

Defensoria Pública uma alternativa para conseguir uma vaga na Educação Infantil, porém a demanda também é grande gerando uma fla de espera para conseguir o atendimento.

Outro dado importante apontado pelo site Observatório OPNE, elaborado por todos pela Educação com base nas informações do IBGE informa que até 2019 apenas 37,08%

das crianças de 0 a 3 anos frequentavam a creche e o objetivo e uma meta até 2024 de 50%.

Tendo em vista os numeros, a falta de vagas é um problema que se repete ao longo dos anos em várias regiões do país, O Observatório do OPNE alerta ainda que apesar de ser um direito garantido por lei muitas mães que recorrem a justiça nem sempre conseguem ser atendidas.

Mediante os dados apresentados, podemos verifcar a triste realidade das crianças brasileiras que não tem a chance de usufruir de um direito fundamental: o Direito a Educação, assim, garantir que as crianças tenham as mesmas oportunidades remete a um futuro mais igualitário reduzindo as desigualdades sociais, assegurar que as crianças tenham direito a frequentar a escola na idade certa, faz com que as desigualdades sociais sejam equacionadas.

Assim, após a concretização do direito da criança à Educação Infantil assegurada por lei, o desafo agora é fazer com que esse direito seja objetivado no cotidiano da vida de cada criança brasileira. Portanto no próximo capítulo abordaremos a necessidade de criar uma refexão sobre a Educação Infantil e a importância da mobilização da sociedade em prol do respeito ao direito da criança a Educação Infantil.

3. CONCLUSÃO

O objetivo desse artigo é despertar a sociedade para uma mobilização visando proteger o direito básico da criança à Educação Infantil. Desse modo, suprimir a omissão do Estado é um compromisso que deve ser assumido por cada brasileiro para priorizar não só o direito da criança a uma educação de qualidade, mas também a todo e qualquer direito que for negado ao cidadão.

Assim, se faz necessário a inserção da prática da conscientização e fscalização da manutenção dos direitos adquiridos pela legislação brasileira.

Desse modo, a mobilização popular é uma força poderosa que tem a infuência de mover a máquina pública em favor da positivação do direito a Educação de maneira real na vida das crianças do Brasil.

Portanto, quando a sociedade se une em prol de um objetivo, ela ganha força e atenção, isso gera benefícios para todos e o mais importante as pessoas exercitam sua cidadania exigindo do Poder Pública o fm da inercia educacional e assumindo um compromisso de dar voz à aqueles que não podem reivindicar seus direitos.

Com esse ponto de vista, a Constituição brasileira de 1988, lavrou a Educação como um direito de todo cidadão, delegando ao Estado o dever de garantir esse direito subjetivo com prioridade, nesta perspectiva, a lei também determina que a família e a sociedade possam zelar pelos direitos da criança, assim temos a obrigação como cidadão de defender e cobrar do Poder Público que os direitos da criança sejam efetivados.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profssionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF, Art.º 227, 1998)

Assim sendo, as famílias em conjunto com a sociedade precisam se conscientizar que a Educação Infantil não é somente um local para deixar seus flhos, mas sim um direito da criança como pessoa humana, que apesar da pouca idade é um sujeito de direitos e precisa de uma educação digna e de qualidade. A percepção da magnitude do ato de educar precisa estar presente em cada um de nós para que assim possamos frmar um compromisso com a proteção dos direitos de nossas crianças.

Então, apesar do direito a educação ser assegurado para todos conforme a CF art.º 205 que afrma que “a Educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa”, podemos afrmar que o direito fundamental de acesso

à Educação Infantil não está sendo respeitado de maneira efetiva e incorporado na vida real das crianças de 0 à 3 anos?

Dados recentes do MEC, relatam que as matrículas em creches públicas cresceram e, em 2019, atingiram 2.456.583 crianças de 0 a 3 anos. O número é 4,4% maior do que o ano anterior, quando 2.352.032 crianças foram matriculadas em unidades escolares. Os dados fazem parte do Censo Escolar de 2019, que traz um retrato da educação básica brasileira.A pesquisa é realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Mediante tais informações, mesmo com o aumento nas matriculas é imprescindível que a sociedade se mobilize para cobrar do Poder Público a soluções de problemas

burocráticos que impedem a criação de novas vagas para suprir a demanda de crianças que permanecem fora da Educação Infantil. Desse modo, abrir uma reflexão sobre o papel de cada um de nós na formação de uma sociedade participativa que cobra a ação do Estado para garantir o acesso universal a todas as crianças se faz necessário para fomentar políticas públicas que possam sanar os problemas de falta de vagas e consequentemente a dificuldade de acesso a Educação Infantil.

Encarar os problemas de frente, analisando sua origem e suas causas nos torna cidadãos conscientes de direitos e deveres, isso consequentemente leva a sociedade civil a exigir do poder público à universalização do direito à Educação Infantil de qualidade, enraizando esse ato de reivindicação na cultura brasileira e formando uma força ativa para que essa conquista histórica possa ser concreta e real. Assim, a seguir iremos avaliar alguns dados.

Por fm, o direito a Educação Infantil já foi garantido pela Constituição Federal, reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e padronizado pela Lei de Diretrizes e Bases, assim o principal desafo é fazer com que esse direito seja concretizado no cotidiano das crianças brasileiras e para isso cada cidadão precisa despertar dentro de si a vontade de extinguir as desigualdades sociais e fazer valer os direitos constitucionais arduamente conquistados ao longo da história. Entender que a educação de qualidade é o princípio da libertação do ser humano é dar as nossas crianças a oportunidade de quebrar o círculo vicioso da desigualdade e carência social, a educação é capaz de formar cidadãos críticos, reflexivos e

conscientes de suas responsabilidades na formação de uma sociedade justa e igualitária.

Referências

Martins. Sandra Mara Cardoso; A Trajetória da Educação Infantil no Brasil - Acessado no site:http://pedagogiaaopedaletra.com/a-trajetoria-da-educacao-infantil- no--brasil/ 24/09/2022 às 15h:26 min.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Acessado no site: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf no dia 25/09/2022 às 14h: 26 min.

Por Educação 360 Educação Infantil. Infoglobo Comunicação e Participações - O Futuro Depende de Investimentos na Educação Infantil, acessado no site: http://oglobo.globo.com/rio/o--futuro-depende-de-investimentos-na-educacao-infantil- 19721920#ixzz4LIpTBu00 , 26/10/2022 às 09h: 14 min.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Emenda Constitucional nº.

8.069 de 13 de julho de 1990. Acessado: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis

/L8069 Compilado.htm , no dia 30/10/2022 às 12h: 50 min.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988) - de 05 de Outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao-compilado. htm, no dia 30/10/2022 às 14h: 24 min.

DIAS, Daniela; Qual e o Papel da Educação Infantil – Acessado no site: https://www.alobebe.com.br/revista/qual-e-o-papel-da-educacao-infantil.html, no dia 13/11/2022 às 15h: 35 min.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf , no dia 13/11/2022 às 20h: 03 min.

Brasil, Ministério da Educação INEP; Censo Escolar 2015 Notas Estatisticas – Disponível no site: 30192 no dia 26/09/2022 às 17h: 30 min.

ROSA, Rosangela Corrêa - Trabalho de Garantia ao Direito da Criança. Acessado no site: http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/a_garantia.pdf em 05/01/2023 as 19h 20 min.

Bom Dia Brasil, Reportagem acessada no site: http://g1.globo.com/bom-dia- brasil/noticia/2016/08/creches-publicas-garantem--vaga-apenas-30-das-criancas.html, no dia 27/02/2023 às 10h: 37 min.

Fantástico, Reportagem: Acessada no site:http://g1.globo.com/fantastico/ noticia

/2015/08/ faltam-mais-de-tres-milhoes-de-vagas-em-creches-e-pre-escolas-publicas.html , no dia 20/02/2023 às 09h: 12 min.

Obsevatorio OPNE – dados acessados no site: https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-infantil?tab=goals no dia 21/04/2023 às 08h16 min.

Assessoria de imprensa do Inep acessado no site: http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/censo-escolar, dia 27/04/2023 ás 10h: 23 min